

*Anuario IEHS*, nº10. Tandil, Instituto de Estudios Histórico-Sociales, Facultad de Ciencias Humanas/Universidad Nacional del Centro, 1995.

Desdobramento das atividades do Instituto de Estudios Histórico-Sociales - criado em 1986 com a finalidade de promover pesquisas no campo das ciências sociais, especialmente na História - o *Anuario* chega à sua décima edição mantendo um alto padrão editorial, oferecendo espaço para autores de diversas filiações metodológicas e, o que é de ressaltar, de diferentes países. Além disso, traça um painel de tendências historiográficas mundiais em diferentes campos de pesquisa. Esta edição, dividida em cinco partes temáticas, e ainda com uma seção de resenhas ao final, contém primordialmente artigos referentes à história da América, mas abre espaço para discussões eminentemente teóricas e artigos de avaliação historiográfica.

A primeira parte rende homenagem ao historiador argentino José Carlos Chiaramonte, autor de extensa e importante obra sobre o Vice-Reinado do Rio da Prata, sobre a independência e formação do Estado nacional argentino. Traz uma entrevista, concedida a Carlos Marichal em 22/09/1993, e um artigo inédito do próprio Chiaramonte.

A bem conduzida entrevista faz um balanço geral da trajetória de pesquisa de Chiaramonte, abordando as motivações que o levaram a produzir algumas de suas obras. A primeira delas, *Ensayos sobre la Ilustración argentina* (Paraná, 1962), insere-se nas preocupações iniciais do autor, volta-

das para o estudo do pensamento que supostamente teria levado à emancipação platina. Logo mudaria o enfoque desta proposição, considerando a impossibilidade de se falar em uma doutrina específica formulada com vistas à independência. Influenciado pelos clássicos trabalhos de Tulio Halperín-Donghi (que interpreta a emancipação como um processo deflagrado em um nível imediato em virtude do contexto europeu, portanto recusa a idéia de uma “gestação da independência” na época colonial), e embasado em sólida pesquisa documental, Chiaramonte chega à conclusão de que, falar-se na emancipação como *resultado* desta suposta doutrina, é na verdade uma inversão do problema. O que houve foram líderes (como Belgrano e Moreno) que estudaram na Europa, influenciados por idéias ilustradas que lá circulavam, ou que chegavam na América através de livros. Porém, isto não é suficiente para associar-lhes a formação intelectual com o movimento de 1810, este como fruto daquela. O século XVIII, especificamente no âmbito platino, tratar-se-ia de uma época de transição de idéias, um dilema entre a novidade e a tradição, onde idéias europeias eram aceitas ou não, reelaboradas na maioria dos casos. O autor publicaria décadas depois, *La Ilustración en el Río de la Plata - Cultura eclesiástica y cultura laica durante el Virreinato*

(Buenos Aires, 1989), fruto bastante maduro destas reflexões.

Mergulhado no estudo das idéias, Chiaramonte passou a deter-se na investigação acerca do pensamento político-econômico platino nos séculos XVIII e XIX, fazendo história política, econômica e social. Preocupado com a relação entre a demanda externa (Ilustração) e a formação da elite dirigente interna nos anos de organização do Estado nacional, publicou *Nacionalismo y liberalismo económicos en Argentina: 1860-1880* (Buenos Aires, 1971), um estudo sobre o nacionalismo econômico argentino. Chama a atenção para a distância geralmente verificável historicamente entre a formulação *teórica* de doutrinas econômicas e sua aplicação enquanto *políticas* econômicas. Importante ressalva metodológica na medida em que, ao mesmo tempo em que busca as origens intelectuais e as formulações teóricas das políticas econômicas, evita por seu simples reflexo explicar a realidade prática. Esta é aliás uma tônica em toda a obra de Chiaramonte, o que o leva, na maioria das vezes, a resultados de análise absolutamente historicizados, e lhe permite apontar anacronismos em outras.

Mas é talvez em algumas de suas obras recentes que mais clara fica a sua renovação no campo dos estudos sobre a emancipação. Estudou províncias que integraram o Vice-Reinado até então pouco estudadas, como Santa Fe, Entre Ríos, e Corrientes. Sobre esta última, publicou o importante *Mercaderes del Litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX* (Buenos Aires, 1991) tratando “la cuestión regional como cuestión nacional” (“Entrevista...”, p.20), na medida em que Corrientes já era uma província soberana e autônoma antes de integrar a Confederação e alinhar-se politicamente a Buenos Aires; mergulhou nas conceituações de federação e de confederação (“confederação”, na linguagem de época, traria consigo a idéia de reunião de Estados *independentes* e *sobe-*

*ranos*. Assim, o que muitas vezes é entendido como uma tendência à união, pressuporia justamente a separação), e trouxe à luz a utilização de outros vocábulos reveladores da coexistência de diversas identidades políticas no âmbito platino quando de 1810. Basicamente, chama a atenção para a necessidade de se historicizar com precisão o significado destes termos, verificando em que medida a tais expressões associa-se alguma forma de organização estatal e soberana.

Percebe-se que no todo de sua obra, atribui grande importância ao período conhecido como de luta entre Buenos Aires e as outras províncias, na verdade um complexo processo justamente de coexistência conflituosa entre projetos políticos diversos, momento em que uma das grandes questões que se colocava era a da trajetória das populações americanas sem a soberania monárquica, em virtude dos acontecimentos deflagrados com o cativo de Fernando VII. Em boa parte da historiografia argentina (talvez a partir das obras de Juan Batista Alberdi, como *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, de 1852), tal período - de violentos conflitos, mas principalmente de absoluta indefinição política - é entendido como de “anarquia”. Tal concepção fundamenta-se sobretudo na idéia de que, logo após 1810, existiria no âmbito platino um sentimento coletivo e geral de pertencimento a uma mesma nação, com correspondente organização estatal soberana, e, portanto, a destruição daquela suposta união seria a obra “fragmentadora” das províncias. Para Chiaramonte, ao contrário, a verificação da coexistência de inúmeras identidades, algumas de caráter político, e muitas contraditórias entre si, revelaria justamente a impossibilidade de detectar-se este “sentimento nacional” naquele momento. Com isto, desmistifica o que chama de “mito das origens”, e avança sobremaneira não apenas na interpretação da história platina, como também no trato da *questão nacional* de maneira geral.

É nesta linha que se insere o artigo presente na edição, “Acerca del origen del Estado en el Río de la Plata”: um breve - porém profundo - estudo sobre a historicidade das idéias políticas platinas, onde o termo *nação* difere de *nacionalidade* (idéia praticamente inexistente no período, tal qual entendida hoje em dia), associando-se com *Estado*. A especificidade deste vocabulário indicaria a correspondente especificidade das formas políticas verificáveis no Prata, a partir das quais se organizaram estruturas de tipo estatal e soberano. Processo este tanto de predominância de formas corporativas de participação política, como de recorrência ao argumento da ancestralidade de certas práticas enquanto legitimação de argumentos (pp.29-37). O resultado é o conflito em torno de formas de soberania divergentes, de autonomia das províncias contra as pretensões unificadoras em torno de Buenos Aires, “conflicto éste que consideramos central a la historia del período, y que tendió a ser menospreciado tanto por los líderes centralistas de la época, que reducían aquellas pretensiones soberanas [das províncias] a manifestaciones de estrecho ‘espíritu localista’, como por la historiografía posterior que, en su afán de suponer nacionalidades preexistentes a la aparición de los nuevos Estados, aceptó y convirtió en criterio historiográfico aquel juicio partidista”(p.50).

Assim, com esta homenagem, o *Anuario* apresenta uma contribuição para todos os historiadores preocupados não somente com a história platina, mas também com caminhos teórico-metodológicos que, quando bem trilhados, resultam em produção intelectual do mais alto nível.

A segunda seção apresenta como eixo orientador “Estado, nación y federalismo”, extremamente pertinente não apenas por, no contexto do *Anuario* relacionar-se com a parte anterior, como também pela atualidade que o estudo da *questão nacional* apresenta como campo de reflexão de intelectuais no mundo todo, preocupados com a emergência de con-

flitos pautados pela diversidade e que se oferecem como desafio à idéia de “globalização”, ou de qualquer outra pretensamente harmonizadora ou totalizante. O primeiro artigo, “Nación y pluralismo analítico”, de Raúl Antelo, esboça uma reflexão teórica, tomando a idéia de “nação” em uma dimensão simbólica e imaginária e propondo a abordagem do tema através do que o autor chama “pluralismo analítico”, ou seja, a compreensão do fenômeno nacional por sistemas culturais amplos e diversos. O seguinte, de Gérard Noiriel, “La ‘identidad nacional’ y la historiografía francesa”, aborda a questão via historiografia francesa, analisando como nesta produção - especialmente em autores do século XIX e inícios do XX, como Michelet, Renan e Vidal de la Blache - uma determinada idéia de “França” está presente enquanto categoria organizadora de seus escritos, assumindo esta uma espécie de “identidade própria”. Trata-se de uma variante francesa do “mito das origens” apontado acima em Chiaramonte. O terceiro, “Federalismo y cantonalismo en México, 1824-1892: soberanía y territorialidad”, por Guy P.C.Thomson, analisa as relações entre poder central e soberanias locais no México no referido período, traçando alguns apontamentos comparativos com o caso espanhol, embasado em uma boa bibliografia acerca do tema. Finalmente, novamente de Carlos Marichal, “Liberalismo y política fiscal: la paradoja argentina, 1820-1862”, propõe relações entre política fiscal e formação de estados liberais (no caso o argentino pós-Rosas), com um minucioso estudo da economia platina do período e sugestivas conclusões.

Exceção feita ao primeiro artigo, os outros três analisam o tema proposto - cada qual com um grau de preocupação diferente - de uma maneira metodologicamente similar. Partem de estudos de casos historicamente concretos, e mesmo quando não é o propósito de seus autores a “questão nacional” (e quando o é, rejeitam definições *a priori*), oferecem ca-

minhos seguros para quem se dispõe a discuti-la, como atesta a produção recente sobre o tema.

O terceiro segmento do *Anuario* apresenta “Problemas de historiografía”, novamente com discussões teóricas e estudos de casos. O primeiro é assinado por Jacques Revel, “Micro-análisis y construcción de lo social” (publicado anteriormente nas línguas alemã e italiana, conforme esclarece o autor), onde discute-se a “micro-história” enquanto procedimento historiográfico relacionada com a “macro-história”, apresentando um balanço teórico-historiográfico bem como reflexões acerca das diferentes formas de escrita da História intentadas nas três últimas décadas. Também uma discussão teórica é o que propõe Arlette Farge em “Algunos instrumentos para reflexionar sobre la historia de la violencia”, basicamente sobre a validade da obra de Foucault para a compreensão de mecanismos da “racionalidade que conduzem à violência”, entendida esta (como o faz Foucault), enquanto instrumento de poder. Introduce pertinentes apontamentos sobre a possibilidade da “violência” enquanto categoria de análise teórica. O artigo seguinte é o de Fernando J. Devoto, “Itinerario de un problema: <Annales> y la historiografía argentina (1929-1965)”, onde o autor, através de pesquisas em arquivos pessoais e institucionais, traça um panorama da enunciada relação, centrado especialmente em figuras como Halperín-Donghi, José Luis Romero, Lucien Febvre, Fernand Braudel e Ruggiero Romano, tanto a nível intelectual como institucional. Assim, não apenas aponta para alguns caminhos seguidos pela historiografia argentina neste século como também nos oferece elementos para se pensar o papel desempenhado por Braudel e sua escola de pesquisadores tanto como produtora de uma magnífica obra historiográfica, quanto, simultaneamente, círculo de poder institucional fortíssimo que estendeu sua influência ao mundo todo, concentrando altos cargos universitários e de instituições de pesquisa,

ditando normas e padrões de publicações historiográficas e - especialmente no caso de Braudel - formando equipes de pesquisadores por todo o mundo. Encerra a seção “La poética de *Noticias del Imperio* de Fernando del Piso: la Historia en la historia”, de Aída Nadi Gambetta Chuck, uma interessante análise das fronteiras entre História (entendida enquanto narrativa) e literatura, tendo por estudo de caso a novela construída sobre elementos históricos.

Assim, têm-se aqui um panorama extremamente realista de para onde o estudo da história da historiografia parece caminhar com resultados mais positivos: aliando-se o trabalho com conceitos e categorias teóricas à análise da produção historiográfica propriamente dita. A perda de referências globais, a fragmentação do saber historiográfico e a má utilização da interdisciplinaridade, decorrentes de um complexo processo de construção e desconstrução de saberes históricos e de difusão destes entre diversas escolas historiográficas de todo mundo especialmente a partir do anos setenta, colocam como necessidade básica o trabalho conceitual, bem como a recorrência aos conteúdos de referência (indicações bibliográficas, datas de publicações, contextos de produção etc.). Mas é a confluência destes dois fatores que confere aos estudos de história da historiografia um caráter positivamente crítico. O artigo de Revel é neste sentido exemplar: na medida em que teoriza sobre o já produzido, avançando nos pontos em que considera a produção deficiente. Infelizmente, ao menos na produção brasileira sobre o tema, ainda escasseiam as análises nestes termos, limitando-se, em muitos casos, ou à simples referência (como é o caso das obras de José Honório Rodrigues), ou ao estudo específico de um autor (como demonstra o crescimento na produção de teses que tentam uma bibliografia deste ou daquele personagem), sem a discussão dos alicerces teóricos sobre os quais a obra deste construiu-se. Assim, muitas destas obras ignoram que estudar a historiografia em sua(s) *teoria(s)* é

refletir sobre os fundamentos da produção do conhecimento histórico em si.

“Problemas de historia económica”, quarto segmento, traz dois artigos que apresentam um bom manejo do instrumental de história econômica. O primeiro, “Moneda, impuestos e instituciones - la estabilización de la moneda corriente en el Estado de Buenos Aires durante las décadas de 1850 y 1860”, de autoria de María Alejandra Irigoin, estuda a economia bonarense do período que vai da queda de Rosas até a incorporação definitiva de Buenos Aires na Confederação, enquanto o segundo, “El Banco Hipotecario de la Provincia de Buenos Aires y el estímulo a la producción rural, 1872-1890”, de Marcela P. Ferrari, relaciona o mercado financeiro com o sistema produtivo da região do Pampa em um período de acentuada expansão da economia agrária, inserindo o papel do Estado através do Banco Hipotecario. Em ambos os trabalhos, chega-se a um panorama político, qual seja, o período pós-rosista, de organização do Estado nacional argentino, através do crescimento econômico, da organização de sistemas monetários, fiscais e políticos.

Trata-se de dois bons exemplos de análises que utilizam métodos quantitativos mas que não se encerram neles. Aliás, a história econômica há muito tempo tem deixado de lado as análises meramente descritivas, para interpretar os dados de tal maneira que se chega inevitavelmente à outras esferas, sejam estas a política, a sociedade ou até mesmo a cultura, através do pensamento econômico. Hoje em dia cada vez mais os historiadores-economistas, bem como os economistas-historiadores, têm-se utilizado do material quantitativo de maneira crítica, criteriosa e - positivamente - interdisciplinar.

O último grupo de artigos intitula-se “Resistiendo la civilización o desdeñando el progreso (I)”, como a própria numeração indica, com previsão de desdobramento no *Anuario* nº11. Com introdução por Miquel Izard e artigos de Javier Laviña (“Resis-

tencias afroamericanas y otros cimarrones”), Angel G. Quintero Rivera (“Vuelta con mantilla, al primer piso”) e Juan Maestre Alfonso (“Estructuras sociales, modelos sociopolíticos y tensiones étnicas en el siglo XIX brasileño”), pretende uma crítica à uma chamada “História oficial” e acadêmica, propondo a recuperação de Histórias dos “excluídos” e abordagens que foram desprezadas por instrumentos ideológicos de poder. O artigo de Laviña analisa a escravidão africana do ponto de vista da destruição da cultura da qual os escravos eram portadores, e da criação de formas de resistência e preservação desta. Ressente-se, sem dúvida, de um melhor enquadramento da escravidão enquanto *sistema econômico*, no qual a coerção exercia elemento fundamental para a sua preservação, tanto na América portuguesa quanto na espanhola. O de Rivera estuda a cultura de Porto Rico e suas raízes coloniais, buscando em tradições populares (como a música e a dança) elementos de “hispanidad”. O último, de Alfonso, intenta uma análise da sociedade constituída no Brasil - “ejemplo de estructura social *moderna*, como también lo es de la *arcaica o tradicional*” (p.291, grifos do autor), desde o período colonial, atendo-se especialmente ao século XIX, onde, segundo o autor, originar-se-iam os elementos desta estrutura, especialmente através dos negros africanos e índios. Ao propor uma recuperação dos “excluídos”, recai em explicações sociológicas e históricas que foram alvo de críticas substanciais já na década de cinquenta deste século. Assim, adota a idéia de “democracia étnica”, ciclos econômicos sucessivos (açúcar, ouro, café e borracha), entende os bandeirantes paulistas como os grandes responsáveis pela atual formação territorial do Brasil, dentre outras. O autor demonstra não apenas um desconhecimento da bibliografia mais atualizada sobre o Brasil como também certa imaturidade quanto à capacidade de problematizar sobre este complexo período que é o século XIX brasileiro.

Todos os artigos desta parte são demasiadamente genéricos, mas é este último artigo que melhor comprova a inversão do problema proposto na “Introducción”: não são necessariamente os *objetos*, mas principalmente os *procedimentos* que levam a escrita da História avançar no sentido de tornar-se mais crítica, menos “oficial”. Toda crítica à historiografia comprometida exclusivamente com determinados interesses de classe, e por isso necessariamente restrita, é e continuará sendo válida no sentido de chamar a atenção para outros objetos ou enfoques porventura mais adequados à História enquanto *conhecimento* - ou seja, a produção de um saber crítico, analítico e libertador -, mas deve avançar em direção a alguma outra proposta. Finalmente, a associação entre “História oficial” e “História acadêmica” é indevida, já que, se houvesse uma conceituação clara destas categorias, certamente seriam coisas distintas. À primeira idéia remete-se à unilateralidade, restrição e instrumentalização do saber aos interesses de uma determinada classe, enquanto à segunda a preocupação com o rigor, organização e compreensibilidade do trabalho. Mesmo assim, uma história só pode ser chamada “oficial” se ela servir à uma determinada “oficialidade” historicamente definida. Daí a pobreza de análise de qualquer produção em termos bipolares (seja entre *vencedores* e *vencidos*, seja entre classes *dominante* e *subalterna*, seja por qualquer outra), o que simplifica um campo por demais complexo para caber em categorias tão pouco

elaboradas. Da mesma forma que a produção historiográfica é, em maior ou menor termo, resposta a algum tipo de demanda de uma sociedade, também idéias de *classe*, *ideologia*, *dominação*, *poder* e *sociedade* o são. O rigor crítico no uso destas categorias consiste justamente em apreender sua historicidade, e saber trabalhar com ela, caso contrário o que se tem são realidades moldadas de acordo com idéias adotadas *a priori*, sem o necessário embate permanente entre a teoria e o real concreto.

Encerra o volume uma série de resenhas sobre obras diversas publicadas a partir de 1994 referentes à história da América.

Assim, além da qualidade de conteúdo deste volume nº10, a seqüência de publicação do *Anuario* traz uma efetiva contribuição para o enriquecimento dos estudos históricos não somente em sua vertente latino-americana, como também mundial. Ao abrigar artigos sobre diferentes temas, contendo enfoques e posições teórico-metodológicas diversas e ilustrando algumas posições marcantes na produção do saber historiográfico atual, avança no sentido de propor historiografias mais abrangentes e dinâmicas, chamando a atenção para trabalhos afins - daí a divisão dos artigos em grupos temáticos - e dando mostra do alto grau de maturidade que muitas instituições universitárias e de pesquisa latino-americanas - apesar da generalizada carência de recursos e incentivos econômicos e políticos, como é notadamente o caso argentino - atingiram nas últimas décadas.

João Paulo Garrido Pimenta  
Pós-graduando do Depto.de História  
FFLCH-USP